

**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS****PARECER PRÉVIO Nº 29/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO****1-Processo TCE nº 1752/2010** (14 Vols).**Apensos:** Processos nº 4967/2009, 6048/2009 (2 Vols), nº 4712 (6 Vols).**2- Assunto:** Prestação de Contas Barreirinha.**3-Órgão:** Prefeitura Municipal de Barreirinha.**4-Exercício:** 2009.**5-Responsável:** Sr. Mecias Pereira Batista – Prefeito e Ordenador de Despesa.**6-Unidade Técnica:** CI-DICAMI – Informação nº 155/2014 (fls. 2684/2685) e DICOP - Informação nº 416/2014 (fls. 2693/2694).**7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1858/2014-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 814/816).**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** *Prestação de Contas Anual – Prefeitura Municipal de Barreirinha. Exercício de 2009.*

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, com a proposta de voto do Sr. Auditor Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância parcial**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1- EMITA PARECER PRÉVIO recomendando a Desaprovação** da Prestação de Contas da **Prefeitura Municipal de Barreirinha**, exercício de 2009, sob a responsabilidade do **Sr. Mecias Pereira Batista**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do §5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “10”, “12”, “13”, “16”, “20”, “24”, “37”, “40”, “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “i”) e de dano ao erário (irregularidades “19”, “a”, “b”, “d”, “e” e “i”).

**9-Ata:** 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.**10-Data da Sessão:** 30 de julho de 2014.**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos,**11.1 – Auditor Presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.



**PARECER PRÉVIO Nº 29/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor - Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 36/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2014)**

**1-Processo TCE nº 1752/2010** (14 Vols).

**Apensos:** Processos nº 4967/2009, 6048/2009 (2 Vols), nº 4712 (6 Vols).

**2- Assunto:** Prestação de Contas Barreirinha.

**3-Órgão:** Prefeitura Municipal de Barreirinha.

**4-Exercício:** 2009.

**5-Responsável:** Sr. Mecias Pereira Batista – Prefeito e Ordenador de Despesa.

**6-Unidade Técnica:** CI-DICAMI – Informação nº 155/2014 (fls. 2684/2685) e DICOP - Informação nº 416/2014 (fls. 2693/2694).

**7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1858/2014-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 814/816).

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** *Prestação de Contas Anual – Prefeitura Municipal de Barreirinha. Exercício de 2009.*

*Contas irregulares. Alcance. Multa ao responsável. Representação ao Ministério Público Estadual.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância parcial**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

**9.1- Á unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Sr. Auditor-Relator, no sentido de:

**9.1.1- Julgar** Irregulares a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Barreirinha, exercício de 2009, sob a responsabilidade do Sr. Mecias Pereira Batista, Ordenador de Despesas, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “10”, “12”, “13”, “16”, “20”, “24”, “37”, “40”, “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “i”) e de dano ao erário (irregularidades “19”, “a”, “b”, “d”, “e” e “i”);

**9.1.2- Declarar em Alcance**, no montante total de R\$ 1.231.727.58 (um milhão duzentos e trinta e um mil setecentos e vinte sete reais e cinquenta e oito centavos) o Sr. Mecias Pereira Batista, Prefeito e Ordenador de Despesas, exercício 2009, em virtude dos seguintes fatos:

a) divergência entre o saldo das conciliações e dos extratos bancários no montante de R\$ 842.133,54 (oitocentos e quarenta e dois mil, cento e trinta e três reais e

**ACÓRDÃO Nº 36/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2014)**

cinquenta e quatro centavos), nos termos do inciso VI do art. 304 do RI-TCE/AM [irregularidade “19” (que também foi objeto de outra notificação por retratar dano ao erário, irregularidade “2” do item 21 do Relatório)];

b) não execução dos serviços da planilha orçamentária no montante de R\$ 22.000,00, nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE [irregularidade “a” – Carta Convite 14/2009 (que também foi objeto de outra notificação por retratar dano ao erário, irregularidade “1” do item 23 do Relatório)];

c) não execução dos serviços discriminados na planilha orçamentária no valor de R\$ 100.063,29, nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE [irregularidade “b” – Carta Convite 23/2009 (que também foi objeto de outra notificação por retratar dano ao erário, irregularidade “2” do item 23 do Relatório)];

d) não execução dos serviços da planilha de medição correspondente ao montante de R\$ 127.257,45, nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE [irregularidade “d” – Carta Convite (que também foi objeto de outra notificação por retratar dano ao erário, irregularidade “3” do item 23 do Relatório)];

e) não execução dos serviços relacionados na planilha de medição no valor de R\$ 139.273,30, nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE [irregularidade “e” (que também foi objeto de outra notificação por retratar dano ao erário, irregularidade “4” do item 23 do Relatório)];

f) não execução dos serviços discriminados na planilha orçamentária, no valor de R\$ 1.000,00, nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE [irregularidade “i” (que também foi objeto de outra notificação por retratar dano ao erário, irregularidade “8” do item 23 do Relatório)].

**9.1.3- Aplicar multa** ao Sr. Mecias Pereira Batista, Prefeito e Ordenador de Despesas, exercício 2009 no valor de **R\$10.000,00** nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado pela Resolução 1/2009, à época, em razão de grave infração às normas legais e regulamentares (irregularidades “10”, “12”, “13”, “16”, “20”, “24”, “37”, “40”, “a”, “b”, “c” “d”, “e” e “i”);

**9.1.4- Fixar** o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do Ofício de comunicação da Decisão, para que o Responsável comprove, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro do Município de Barreirinha dos valores declarados em alcance, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei n. 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei n. 2.423/96);

**9.1.5- Fixar** o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);

**9.1.6- Remeter** os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

**ACÓRDÃO Nº 36/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2014)**

**9.1.7- Encaminhar** cópia dessa Proposta de Voto, do consequente Acórdão, das fls. 413/459 (vol. 3) e das fls. 2012/2055 (vol. 11) ao Ministério Público Estadual, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, em virtude da existência de dano ao erário relacionado às irregularidades (irregularidades “19”, “a”, “b”, “d”, “e” e “i”), nos termos do §3º do art. 22 da Lei Orgânica, bem como em atenção ao Ofício 506.2011.SUBJUR (formulado pelo Sr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz, Procurador-Geral de Justiça);

**9.1.8- Determinar** à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

a) Não atrase o envio das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;

b) Envide esforços para a manutenção de controle do patrimônio dos bens móveis e imóveis, nos termos do art. 94 e 96 da Lei 4.320/64, bem como mantenha o livro de tombo atualizado e com todas as informações adequadas;

c) Encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei 2423/96 e do §1º da Resolução 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;

d) Dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei 10.028/2000), quanto aos RGF;

e) Nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da lei 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei 8666/93), entre outras;

f) Contabilize todos os atos e fatos exigidos pela Demonstração das Variações Patrimoniais e pelo Balanço Patrimonial, nos termos dos arts. 104 e 105 da Lei 4.320/64;

g) Cumpra com o pagamento de suas obrigações no prazo correto, a fim de evitar o pagamento e juros e, por conseguinte, a prática de dano ao erário, sob pena de devolver o valor do dano aos cofres públicos;

h) Inscreva devidamente as obrigações nos restos a pagar, nos termos do art. 36 da Lei 4.320/64;

i) Observe as regras disciplinadas pela Lei Orgânica de Barreirinha;

j) Preencha apenas aqueles cargos criados por Lei, nos termos dos





**ACÓRDÃO Nº 36/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2014)**

incisos I e II do art. 37 da CF/88;

k) Em caso de emergência que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93;

l) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita seja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que se inicie sua vigência e nos dois seguintes, atendendo ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e aos demais incisos disciplinados pelo art. 14 da LRF;

m) Observe, por último, que a reincidência do agente responsável no cumprimento das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento das suas respectivas Contas irregulares, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

**9.2- Por maioria**, nos termos do Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **aplicar multa** ao Sr. Mecias Pereira Batista, Prefeito e Ordenador de Despesas, exercício 2009 no valor de R\$ 13.152,36 (1.096,03 x 12 meses) na forma do inciso II do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado pela Resolução 1/2009, à época, em razão de inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal, por meios informatizado, de balancetes, balanços, informações, demonstrativos contábeis ou quaisquer outros documentos solicitados (irregularidade 6 e irregularidade elencada no Processo 4967/2009).

*Vencidos o Relator e o Conselheiro Raimundo José Michiles, que votaram pela aplicação da multa à época do fato ocorrido. Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que votou pela inaplicabilidade de multa do ACP.*

**9-Ata:** 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**10-Data da Sessão:** 30 de julho de 2014.

**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos,

**11.1 – Auditor Presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO.**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral